



Anais da Assembléia

Nº 06

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 03 DE MARÇO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 002ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 03 de março de 1983.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Srs. Deputados Adahil Sprenger Passos e Caíto Quintana.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Aníbal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Deni Schwartz, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto de Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcelos, Nilso Squarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Toguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os números DTL/02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08/83, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO, os Projetos de Lei sob os seguintes números:

151/82: DO PODER EXECUTIVO, que estabelece sanções pelas infringências à Lei nº 7.389, de 12/11/1980, que estabelece áreas e locais considerados de especial interesse turístico, o qual convertido em Lei tomou o número 7.694.— **Anote-se. Arquite-se.**

142/82: DO PODER EXECUTIVO, que autoriza abertura de um Crédito Especial no valor de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), destinado a atender despesas com aplicação das dependências do prédio da Fundação Faculdade Estadual de Ciências de Apucarana, o qual convertido em Lei tomou o número 7.695.— **Anote-se. Arquite-se.**

152/82: DO PODER EXECUTIVO, que majora os vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e Funções Gratificadas do Funcionalismo Público Estadual, o qual convertido em Lei tomou o número 7.696.— **Anote-se. Arquite-se.**

153/82: DO PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo, mediante Decreto e observadas as limi-

tações orçamentárias, fixar composição de vencimentos dos integrantes do Quadro Próprio do Magistério, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.697.— **Anote-se. Arquite-se.**

116/82: Do Senhor Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a SOCIEDADE AMIGOS DA ILHA DO MEL, com sede na Praia da Enseada da Fortaleza, na Ilha do Mel, o qual convertido em Lei tomou o número 7.698.— **Anote-se. Arquite-se.**

154/82: DO PODER EXECUTIVO, que altera parcialmente a Lei nº 5.464 de 31/12/66 (LEI ORGÂNICA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS) para adaptá-la às modificações introduzidas no Código de Processo Civil através da Lei Federal nº 7.019, de 31/08/1982, o qual convertido em Lei tomou o número 7.699.— **Anote-se. Arquite-se.**

150/82: DO PODER EXECUTIVO, que estende aos Policiais Militares inativos durante a vigência da Lei 7.343, as disposições dos arts. 1º e 3º, da Lei 7.637, e aos reformados ou transferidos para a reserva remunerada, assegura situação que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 7.700.— **Anote-se. Arquite-se.**

EMENDA:

PROPOSIÇÃO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Ficam suprimidos o inciso XVI, do artigo 22 e o parágrafo único do artigo 62 da Constituição Estadual.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983

(aa) GABRIEL SAMPAIO e MÁRIO PEREIRA.

Apoioamento:

Amélia Hruschka, Sérgio Spada, Fuad Nacli, Nilso Squarezzi, Tércio Albuquerque, Ezequias Losso, Nelson Vasconcellos, Werner Wanderer, Rubens Bueno, Nelson Buffara, Toguio Setogutte, Péricles Pacheco, Eduardo Ferreira Baggio, Edmar Costa, Fiori Luiz, Jorge Maia Filho, Orlando Pessuti, Sabino Campos, Djalma de Almeida Cesar, Roberto Requião, Ivan Gubert e Adhail Sprenger Passos.

JUSTIFICATIVA:

Por um lapso, continuou inserido no texto da Constituição do Estado que, para a eleição do Governador, Vice-Governador e para o preenchimento de uma vaga, na renovação dos dois terços do Senado Federal, seria composto um Colégio Eleitoral, quando já estão previstas eleições diretas, o que motivou que o primeiro signatário, juntamente com o ex-Deputado FIDELCINO TOLENTINO propusessem, no ano passado, Emenda à Constituição, pela qual seria suprimido o inciso XVI, do artigo 22, a qual não chegou a ser votada, por decurso de prazo.

Considerando ainda, que a competência para representar sobre a inconstitucionalidade de leis é do Procurador Geral da Justiça e não como consta do parágrafo único do artigo 62, propõem, os signatários, que se suprima, também, esse dispositivo.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO:

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário: Regime de Urgência aos Projetos de Lei a seguir especificados:

1. PROJETO DE LEI N.º 87/82 — De autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "HCJB A VOZ DOS ANDES — ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO DO EVANGELHO NO BRASIL", com sede e foro nesta Capital.
2. PROJETO DE LEI N.º 88/82 — De autoria do Deputado Ezequias Losso, que declara de utilidade pública a "IRMANDADE DAS IRMÃS DIACONISAS BETÂNIA", com sede e foro nesta Capital.
3. PROJETO DE LEI N.º 96/82 — De autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PALÁCIO IGUAÇU", com sede e foro na cidade de Curitiba.
4. PROJETO DE LEI N.º 97/82 — De autoria do Deputado Ruben Valduga, que declara de utilidade pública o "LAR ANÁLIA FRANCO DE LONDRINA", da cidade de Londrina.
5. PROJETO DE LEI N.º 111/82 — De autoria do Deputado DENI LINEU SCHWARTZ, que declara de utilidade pública o "LAR DE NAZARÉ", Assistência à Velhice Desamparada da cidade de União da Vitória.
6. PROJETO DE LEI N.º 131/82 — De autoria do Deputado Augusto Carneiro, que declara de utilidade pública o "ESTÁGIO CRISTÃO DOS VELHOS DESAMPARADOS", com sede e foro no Município de Colombo.
7. PROJETO DE LEI N.º 132/82 — De autoria do Deputado Airton Cordeiro, que declara de utilidade pública a "PASCAL PROTEÇÃO À INFÂNCIA SANTA CATARINA LABOURÉ", com sede e foro nesta Capital.
8. PROJETO DE LEI N.º 137/82 — De autoria do Deputado Túlio Luiz Zanchet, que declara de utilidade pública o "Centro Educacional João XXIII", com sede e foro no Município de Marmeleiro.
9. PROJETO DE LEI N.º 139/82 — De autoria do Deputado Airton Cordeiro, que declara de utilidade pública o "CORAL PARANÁ", com sede e foro em Curitiba.
10. PROJETO DE LEI N.º 140/82 — De autoria do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, que declara de utilidade pública a "Casa do Agasalho", com sede e foro em Curitiba.
11. PROJETO DE LEI N.º 143/82 — De autoria do Deputado João Mansur, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CAVALEIROS DA ORDEM SOBERANA MILITAR DE MALTA DE SÃO PAULO E BRASIL MERIDIONAL", com sede na cidade de São Paulo.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção na ata dos trabalhos de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento

premature de ANTÔNIO FRANCISCO DE ANDRADE, ocasionado por lamentável acidente automobilístico, ocorrido ontem, dia 2/3, na BR.116.

O extinto pioneiro em Mandirituba, exercia as funções de escrivão de polícia e cartorário na localidade denominada Areia Branca dos Assis, deixou viúva a Senhora Joana Marilda de Oliveira Andrade e os seguintes filhos: Eriane Aparecida, Sarian Gizani e Jefferson Antônio.

Da resolução do Plenário, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, um VOTO DE CONGRATULAÇÕES ao Jornal "DIÁRIO POPULAR", pelo seu 20.º ano de fundação.

Requer, outrossim, após decisão do Plenário, dê-se ciência à Direção daquele jornal.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A data de amanhã, 04 de março, registra a passagem do 20.º aniversário de fundação do Jornal "DIÁRIO POPULAR", matutino dos mais pretigiosos e que ao longo do tempo se consolidou como um dos nossos mais importantes órgãos de comunicação social. Nascido do idealismo de seu diretor, o Dr. Abdo Aref Kudri, o vibrante jornal veio se aprimorando pela aquisição dos mais modernos equipamentos gráficos, amparando tecnicamente uma equipe de jornalistas corretos, sob a direção daquele dinâmico empresário.

O aniversário do "DIÁRIO POPULAR" é uma festa da própria imprensa, e merecido destaque pelo seu trabalho diuturno, para bem informar a coletividade paranaense.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

Voto de congratulações pelo transcurso do 20.º aniversário de fundação da Editora "Diário Popular" — Ltda.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de congratulações à Editora "Diário Popular" Ltda., fundada pelo eminente jornalista e Advogado Abdo Aref Kudri, pelo transcurso nesta data, do vigésimo aniversário de sua fundação.

A Editora "Diário Popular" Ltda., fundada em 04 de março de 1963, há 20 anos é responsável pela publicação de um dos grandes informativos do nosso Estado, "O DIÁRIO POPULAR", que neste período de existência vem se destacando entre os melhores na imprensa nacional com grandes promoções, tais como a edição de "Os Melhores do Ano", quando anualmente destaca os feitos das personalidades de todas as camadas sociais, incentivando-as na continuidade de suas lutas em prol de nosso Estado e de nosso País.

Sem sombras de dúvidas, o "Diário Popular", com sua equipe de profissionais, se destaca por seus méritos no intuito de sempre bem informar a coletividade sob o lema da verdade e da justiça na defesa dos fracos e oprimidos.

Há vinte anos em luta sem tréguas, tem denunciado a opressão e as injustiças, não se acovardando em nenhum momento na defesa dos mais humildes.

Tal efeméride dá à imprensa paranaense um motivo de

júbilo em situação das mais elevadas no cenário jornalístico brasileiro.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao jornalista ABDO AREF KUDRI, bem como à Direção da Editora "Diário Popular" Ltda.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER a inserção na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário do "Diário Popular".

Solicita, ainda, o envio de cópia deste ao jornalista ABDO KUDRI, fundador do jornal.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 04 de março de 1963 pelo jornalista e advogado ABDO KUDRI, o "Diário Popular", um dos grandes informativos de nosso Estado, tem se destacado no cenário nacional com grandes promoções, como a edição "Os Melhores do Ano", que destaca personalidades de todas as camadas sociais, incentivando-as a continuar trabalhando em prol do nosso Estado e do País. A equipe de profissionais do "Diário Popular" destaca-se por seus méritos de bem informar a coletividade. "A verdade e a justiça" é o lema do jornal, que há vinte anos luta pelo engrandecimento da imprensa escrita no Paraná. Estas duas décadas de trabalho justificam o registro, nos Anais desta Casa, das congratulações ao jornalista Abdo Kudri e a toda a Equipe do "Diário Popular".

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Fundado em 04 de março de 1963, pelo jornalista e advogado Abdo Aref Kudri, o "Diário Popular" é hoje um dos mais destacados veículos de comunicação social do Paraná. Tem projeção nacional, especialmente pelas promoções que realiza, das quais a edição indicando "Os Melhores do Ano" tem lugar de honra no calendário da imprensa paranaense. Jornal dedicado a mais ampla cobertura dos acontecimentos que interessam aos seus milhares de leitores, o "Diário Popular" reúne em sua redação, nas oficinas gráficas e na administração, profissionais da melhor qualidade, fazendo da missão de informar um primado da defesa dos valores humanos, culturais e políticos do Paraná, sob a liderança do jornalista Abdo Kudri, a quem cabe a justa homenagem pelo aniversário que jubilosamente festejamos. Que a luta democrática de duas décadas seja uma constante na vida vitoriosa de um dos mais vibrantes jornais do Paraná, o "Diário Popular".

Nos termos regimentais, requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais deste Poder do voto de regozijo proposto, dando ciência ao Dr. Abdo Kudri.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário para aprovar um voto de regozijo, por ter sido reconquistado o Comando da Polícia Militar do Paraná, aos briosos oficiais da nossa corporação. Que da decisão dê-se conhecimento ao Comando da PM.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Finalmente, foi satisfeita a grande aspiração das PMs brasileiras, ao receberem a devolução de seus comandos. Durante os anos do autoritarismo, foram alijados dos comandos das PMs, seus oficiais e uma luta sem tréguas então começou. A Oposição abraçou esta causa e hoje, sem falsa modéstia arrogar-se méritos nesta vitória, eis que se não fosse vitoriosa nas urnas, a situação permaneceria a mesma.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência o envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação e Cultura, solicitando a instalação de Inspeção de Ensino no Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Barbosa Ferraz é importante município de nosso Estado, tendo na Educação o seu grande desenvolvimento. Ladeada que está a sede do município, por diversos outros como Fênix, Quinta do Sol, São João do Ivaí e outros, nada mais justo que sedie uma Inspeção Regional de Ensino, a qual traria benefícios incomensuráveis a toda a comunidade daquela região.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, adiamento de discussão por 4 (quatro) sessões da Proposição nº 125/82, a fim de que seja encaminhada para reexame na Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) NILSO SQUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

A Deputada que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie ofício ao Tribunal de Justiça, solicitando a instalação do Distrito Judiciário de Bourbonia, Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) AMÉLIA DE ALMEIDA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Bourbonia, criado pela Lei nº 7.327, em 10/06/80, tem importância fundamental para o desenvolvimento de nosso Estado. Carece o mesmo, entretanto, de passar a Distrito Judiciário dado a sua importância no contexto de nosso Estado, e dada também a distância que o separa da sede do município o que causa sérias dificuldades aos seus munícipes quando dependem resolver os problemas ligados ao Judiciário.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 04/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Clube Cultural e Recreativo do Agricultor de Antônio Olinto, com sede e foro na cidade de Antônio Olinto, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de março de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública vem prestando relevantes serviços de assistência social, educativa e cultural, principalmente aos agricultores daquela região interiorana e que, cuja documentação estamos anexando do presente, reúne todos os requisitos exigidos pela legislação que especifica a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Enquanto o Chefe da Nação pede trégua política, na área de segurança nacional, parece se deflagrar uma verdadeira guerra política. Enquanto que no mês de março todas as casas legislativas, de todos os Estados da Federação, reabriram os seus trabalhos, e o Presidente Figueiredo, na primeira sessão do Congresso, pedia uma trégua política, enaltecendo como dogma o valor constitucional da autonomia de cada Estado, os mandatários das prefeituras localizadas nas áreas de segurança nacional, davam continuidade e até avançavam ainda mais nos excusos expedientes de perseguição política da discriminação, do favoritismo e do apadrinhamento político do PDS. Os prefeitos nomeados, naqueles municípios, sem autonomia política, portanto e como tal, desfavorecidos de um dogma de Sua Excelência o Chefe da Nação, que tanto elogiou, estavam alheios aos propósitos desse mesmo Chefe da Nação, que propunha concórdia, prosperidade e segurança e a justiça. Pois naquele momento, como já o faziam em todo o governo de donatários, estava a perseguir e a demitir, sem justa causa, professores e outros funcionários da municipalidade e de órgãos educacionais, de certo interesse público, como é o caso dos colégios da CNC, simplesmente por motivos políticos. É o que ocorreu, recentemente, com o professor Filisteu Fava, que ocorreu também com a professora Marlene Machado e tantos outros casos que poderíamos citar aqui da tribuna, mas, dado a exiguidade do tempo, nos limitamos apenas a dizer que existe de fato uma verdadeira guerra deflagrada contra companheiros nossos, contra pessoas que pelo simples fato, pelo simples pecado, segundo eles, eram do PMDB? Estão sendo perseguidos.

Isto se dá especificamente em Marechal Cândido Rondon, Santa Helena, e outros municípios de segurança nacional.

Diante disso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lanço um alerta aos nobres Pares desta Casa, e em especial aos Parlamentares do PDS, de que demos um basta ao revanchismo que, por tanto tempo, imperou em nosso Estado. Propomo-nos a mudar, mas não gostaríamos e não podemos carregar conosco o vício e nem a pecha dos governos anteriores, do Estado, que perseguiram desde um simples funcionário, até o mais alto empresário, pelo simples fato de não se identificar politicamente com o Governo vigente. Sua Excelência o Presidente da República, se propõe à concórdia, à segurança e à justiça, só que estes valores não existem para os seus prepostos, que mandam e desmandam nos municípios localizados em faixa de fronteira, em área de segurança nacional. A concórdia existe para os que se submetem à autoridade suprema dos mandatários. E a segurança, ao que atende aos apetites dos charlatões, e à justiça aos que dobram seus joelhos, mendigando favores. No caso específico do professorado dos estabelecimentos da CNC, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, que muito tempo vem servindo de entreposto para atender interesses políticos e politiquês e, principalmente, do PDS; as escolas da CNC há

muito tempo fugiram dos seus objetivos básicos, no Paraná está sob o comando de um indivíduo dúbio, que se chama Calixto, mal intencionado, cujo interesse principal é arrecadar somas enormes junto às escolas; arrecadados pelo sacrifício das comunidades, para garantir a si, uma vida fausta aqui em Curitiba, na administração Central da CNC e garantir emprego inclusive a seus familiares. Acreditamos, Sr. Presidente, que os Deputados do PDS que têm representação na área de segurança nacional devam comunicar, em tempo breve, aos seus copartidários, que a trégua proposta pelo Presidente da República está a valer, em primeiro lugar, para aqueles que estão usando a prepotência. A continuidade dos seus atos, os levará à ruína e a destoar abertamente e vergonhosamente da autoridade principal da Nação.

Obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Que as minhas primeiras palavras neste plenário sejam de fé em Deus e de amor ao povo. Trago dentro de mim as lembranças amargas dos companheiros que tombaram neste período de excessão e de arbítrio que se implantou no Brasil em 64. Trago na alma as dores, os gritos de todos os torturados, de todos os famintos, de todas as famílias desesperadas que passaram e passam ainda necessidade porque são frutos deste regime desumano, econômico, implantado no Brasil, por esta revolução espúria que o Brasil hoje a repudia.

Trago dentro de mim as lembranças das invasões dos lares, das violações das correspondências, trago dentro de mim, para denunciar ao povo do Paraná e à Nação, e o meu mandato não foi comprado, ele foi adquirido com lágrimas de sangue; e por isto mesmo senhores, este mandato haverá de ser respeitado e desta tribuna eu estarei a fazer com que os 23.320 eleitores que insuflaram o nosso nome, com lágrima nos olhos, sejam também respeitados. Por isto a minha primeira palavra foi de fé em Deus e de amor ao povo e de respeito aos meus eleitores.

Para poder fazer um protesto, um protesto muito veemente, muito sentido e muito sincero, e, lamento ter de ser um protesto à minha própria bancada, através da sua Liderança, quando desrespeitando o Deputado Osvaldo Alencar Furtado, desrespeitou os meus eleitores de Paranavaí, da minha região Noroeste do Paraná. Ao constituir uma Comissão para representar a Assembléia Legislativa, e ignorar o nome de um Deputado que tem como irmão o Deputado Alencar Furtado, que foi o Deputado Federal mais votado na região Noroeste, e eu sou seguramente e eleitoralmente vinculado a ele. Faço este protesto, desta tribuna, porque também fui o segundo Deputado Estadual mais votado na região Noroeste do Paraná, em algumas cidades da região.

Por conseguinte, esta Comissão irá representar este Poder não estará representando também o pensamento do povo de Paranavaí, da região Noroeste. Os meus eleitores terão em mim permanentemente a coragem de como denunciar e como combater os arenistas, os pedessistas por serem vaquinhas de presépio. Este Deputado não será vaquinha de presépio, nem da Liderança nem do Governo do Estado do Paraná.

Eu, no meu mandato, mantereí a postura na dignidade do compromisso que assumi nos palanques em frente a um aperto de mão, estendendo permanentemente com a sinceridade de um filho de um camponês e de um filho de uma funcionária pública que jamais transferiu um seu princípio de decência, de respeito e de honestidade.

O povo de Paranavaí insuflará o meu nome. Não vai me dizer um representante deste Poder na sua Feira de Exposição,

pois eu lá estarei e digo desta tribuna e faço desta tribuna este protesto, para dizer ao povo de Paranaíba, que eu, como convidado da Associação e do Prefeito de Paranaíba, Benedito Pinto Dias, cujo convite tenho em mãos, honrosamente aceito o convite, do povo para o povo e é prazer do povo e lá estarei como o segundo Deputado mais votado do município, embora tenha sido esquecido pela minha Liderança, eu não esqueci o meu povo e o meu povo jamais haverá de me esquecer.

Era só para registrar o protesto.

↳ Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O Deputado Líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro nesta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, sempre diligente, leu ontem discurso em que comentou, a seu modo e na visão, no meu entendimento modesto, um tanto distorcida, convenhamos, de sua interpretação, a Mensagem Governamental apresentada pelo Professor José Hosken de Novaes, face a mandamento constitucional.

Sua fala bailou do dólar ao presidiário, do motim de Piraquara ao Banco de Desenvolvimento Econômico do Paraná, do município à situação internacional.

Confesso, de início, que descobri mais uma qualidade no Líder peemedebista, a de produzir, diga-se, um discurso polivalente, gerado por mente a mais imaginosa.

Mas, entre os temas abordados por Sua Excelência, prudentemente, resolveu esquecer em suas preocupações, uma análise da situação do funcionalismo.

Talvez os Deputados que iniciam na vida parlamentar, estejam surpresos com a manifestação de que faço neste momento, de que o Líder Nilso Sguarezi não levantou nenhum dado a respeito da situação do funcionalismo público estadual.

É que, dias antes das eleições de 15 de novembro, o Deputado, então Segundo Secretário desta Casa, conseqüentemente co-gestor da sua administração, fez vibrante pronunciamento, desmentindo o que qualificou de boato pré-eleitoral, uma versão de que o Sr. José Richa, se eleito, demitiria milhares de funcionários estaduais.

Aí reside a minha surpresa.

Um dos principais líderes do PMDB, o Deputado provavelmente conhecia a disposição do ilustre candidato de seu Partido, a respeito do assunto. Desmentiu com veemência que o caracteriza, o boato, as notícias.

Seu discurso, naquela ocasião, provavelmente tranqüilizou o funcionalismo, que pode fazer sua opção política livre e democraticamente.

A Mensagem Governamental lida pelo Governador é explícita, a respeito do número de funcionários estáveis, dos contratos por regime de CLT, das autarquias das sociedades de economia mista e da administração direta estadual.

E o assunto “funcionário público” está em pauta, no Paraná, hoje.

Alguns dos mais respeitados e influentes órgãos de imprensa, têm dito que Sua Excelência o Governador eleito, José Richa, estuda a questão e pretende, realmente, efetivar tais demissões.

Variam os números, mas fica a informação. Entre tais notícias, quero destacar à Casa que fico com a opinião do Líder do Governador José Richa, nesta Casa, concordando hoje com o seu pensamento exposto na época pré-eleitoral, de demitir funcionários no Paraná, seria criar clima de intranquilidade e de tensão social para mais de 60 mil pessoas, e a expressão é de Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi, constante dos

Anais desta Casa.

O providencial esquecimento do tema num discurso que foi uma verdadeira panacéia de dados, recheada com uma demolidora preocupação em demonstrar que o Paraná se encontra numa situação grave e terrível — bendito esquecimento. Mas a situação no Paraná é grave, Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordo eu, pois o mundo e o Brasil vivem num desafiante momento de sua história.

Terrível, isto sim, é para aqueles que, além de inexistindo um plano de governo ou uma estratégia de ação, pecam pela falta de capacidade em fazer uma análise séria de uma Mensagem Governamental apresentada dentro de um raciocínio cartesiano.

Feitos estes reparos iniciais, permito-me agora reportar-me mais particularmente, às alegações e explanações que o Deputado Nilso Romeu Sguarezi, efetuou sobre o nosso quadro econômico, procurando responder item por item, as colocações feitas ontem neste plenário:

A dívida externa do Paraná, administração centralizada, em 31/12/82, era de 335 milhões de dólares.

A desvalorização do cruzeiro, em 30 por cento, não aumentou o saldo devedor de dólares. Apenas precisamos de 30 por cento mais em cruzeiros para pagar os 335 milhões de dóla-

res. O saldo devedor, em moeda estrangeira, com ou sem maxi-desvalorização do cruzeiro que não se alterou.

A dívida externa que exigirá no corrente ano de 1983, pagamentos a títulos de serviço, juros e amortizações, da ordem de 25 bilhões de cruzeiros, já computada a desvalorização de 30 por cento do cruzeiro.

É de salientar que, se o serviço da dívida externa, em função da maxidesvalorização aumentará em cinco bilhões, em relação ao valor previsto no orçamento, por outro lado, a arrecadação do ICM sobre produtos de exportação, deverá aumentar em aproximadamente quatro bilhões de cruzeiros.

Assim, a perda líquida para o Estado, em razão da maxi-desvalorização, no setor finanças públicas, será de não mais do que um bilhão.

Ainda sobre a dívida externa, é interessante que, em 15/03/79, o saldo devedor era de 195 milhões. Em 15/03/83, a administração do Governador José Richa receberá um saldo devedor de 343 milhões. Assim, 57 por cento desta dívida já existia quando o Governo que agora se encerra, tomou posse.”

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, quero fazer um reparo à afirmativa de Vossa Excelência, que afirmou, enfaticamente, que o ICM deverá ter um crescimento. Agora, os dados nos informam de que no exercício anterior, ele esteve defasado 10 por cento, em relação à inflação.

Enquanto o ICM cresceu apenas 87 por cento, a inflação praticamente chegou aos 100 por cento.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência quer colocar em meu raciocínio, afirmações que não fiz.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência disse que este ano o ICM deverá crescer.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Imagino que cresça e darei as razões porque imagino que cresça. Nunca cheguei afirmar, categoricamente, que o ICM deverá crescer. Vossa Excelência conhece o fato econômico e sabe que há dados aleatórios imprevisíveis para fazer uma afirmativa dessa natureza.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência acabou de dizer que o ICM deverá crescer. Quero então, dar mais um dado para que Vossa Excelência justifique se, realmente, teremos um crescimento de ICM que compense a inflação.

Hoje, os jornais, nobre Deputado, estão estampando manchetes de que o Governo abandonou já a previsão dos 70 por cento da inflação, exigência do FMI. São os jornais de hoje que dizem isso, que o Governo abandonou o limite que havia pré-fixado a inflação, de não poder ultrapassar os 70 por cento; o índice de janeiro foi um dos mais altos dos últimos anos.

Então, veja Vossa Excelência que, tanto a minha afirmação pode ser aleatória, quanto a de Vossa Excelência, que disse muito bem que há um fato aleatório, surpreendente na própria economia, nós estamos jogando com hipóteses.

Ora, nós que vamos entrar no Governo, devemos jogar com hipótese segura, para não chegarmos ao fim do ano defasados.

Então, a nossa previsão, inclusive do serviço da dívida, é evidente que há uma previsão tendo esses dados que nós temos agora, a maxi-desvalorização e a continuidade das mini-desvalorizações. É evidente que esse serviço da dívida vai aumentar.

Então, peço que Vossa Excelência se atenha a uma realidade, é difícil afirmar se o ICM vai crescer ou não. Vossa Excelência afirmou há pouco que deverá crescer. Como Vossa Excelência justificará que este ICM crescerá a nível de superar a inflação?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Recordo-me agora de uma expressão de um chanceler francês: "é possível desmentir as palavras, mas os fatos são desmentíveis".

Isto é verdade, eminente Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — O fato é que no ano passado, a arrecadação foi 10 por cento inferior à inflação. Este é o fato.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu não gostaria de rebater a colocação que Vossa Excelência faz neste momento, porque não sei qual o critério que Vossa Excelência usou para chegar a esse dado, dez por cento.

O Sr. Nilso Sguarezi — A Mensagem, a Mensagem.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — A Mensagem não afirma isto, a Mensagem, afirma que 10 bilhões de cruzeiros não foram aplicados no Orçamento que se encerrou dia 31 de dezembro de 1982, em razão de um fato que é diferente da interpretação que Vossa Excelência está dando.

Eu diria a Vossa Excelência que tenho um fato concreto para demonstrar que teremos um aumento da arrecadação de ICM para este ano. Sabemos que no ano de 82 colhemos 1.500.000 sacas de café e temos já previstas e já em fase, com segurança, de uma colheita de 5.000.000 de sacas de café.

Mas eu diria a Vossa Excelência: se ainda a inflação não funcionasse também a favor do cobrador — que é o Estado — do Imposto, e se o raciocínio de Vossa Excelência fosse correto, o que não o é, porque a inflação vai funcionar para os dois lados, eu diria a Vossa Excelência e vou procurar demonstrar ao longo das minhas colocações que o Governo José Richa terá outras formas e outras possibilidades de aumentar a arrecadação do Estado do Paraná, e de conseguir recursos suficientes para implementar o seu programa de obras.

Gostaria também, de esclarecer com relação ainda à dívida externa de vez que, o atual Governo recebeu desta dívida anunciada, 57 por cento dela fora comprometido no Governo anterior, e sei que Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi tem mantido nisso uma coerência formidável, porque os Deputados da legislatura anterior lembram-se dos debates, inclusive, que travamos aqui nesta Casa, quando Sua Excelência acusava o Governo anterior, do Sr. Jayme Canet Júnior, de irresponsável, de irresponsavelmente comprometedor do futuro, porque estava construindo as nossas tão sonhadas estradas asfaltadas que hoje são um patrimônio muito mais da gente e do povo do Paraná do que do eminente ex-Governador Canet Jr.

Deve-se esclarecer também que entre os principais Estados brasileiros, o Paraná é o que apresenta um dos menores índices de endividamento, tanto em números absolutos quanto em números relativos e em números relativos eu citaria o Governo do Rio de Janeiro, da Guanabara, com maior índice de endividamento externo, e o Governo de São Paulo, pelas peculiaridades de sua economia com o menor índice de endividamento externo, e em segundo lugar, o Estado do Paraná.

Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi falou também sobre o problema das taxas de juros externos. As taxas sofreram realmente muita variação nos últimos 30 meses. É difícil, entretanto, senão impossível, e provavelmente leviano afirmar com previsão que houve uma alteração de 07 por cento ao ano de 1980, para 16 por cento em 1982.

Confesso que Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi deve fazer uma boa dupla com o Ministro de Planejamento do País ao afirmar com tanta precisão estes dados citados ontem. Cada empréstimo, a par disto, tem características próprias.

Por exemplo: alguns empréstimos do BID, tem taxa fixa de 03 a 05 por cento ao ano, durante 20 a 25 anos. Outro empréstimo do Paraná, e Sua Excelência o Deputado Nilso Sguarezi não desconhece isso, diligente, brilhante, atuante como é, discutiu e votou as leis que possibilitaram os empréstimos internacionais. Então, quando Sua Excelência redigiu o pronunciamento ontem, não desconhecia esses fatos que hoje analiso.

Outro empréstimo do Paraná junto ao Banco Mitsubishi do Japão tem taxa fixa de 08 por cento ao ano durante cinco anos, devendo ser revista após esse período, para os cinco anos seguintes. Dessa forma, a taxa final da dívida do Estado será resultado de uma ponderação entre a taxa de cada contrato e os respectivos encargos pagos no exercício.

É impreciso...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Com muito prazer e o Deputado Gabriel Manoel me permite, e eu gostaria de ceder a oportunidade ao eminente Deputado Nilso Sguarezi, para um diálogo franco a respeito do assunto.

O Sr. Nilso Sguarezi — Pois é, Deputado Luiz Alberto. Vossa Excelência diz que a taxa deste empréstimo ao Mitsubishi é fixa em 08 por cento. Mas eu pergunto. O Paraná tem que pagar isto em cruzeiros ou em dólares? A taxa é fixa em oito por cento, mas temos que pagar isto em cruzeiro ou em dólares?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência vai me permitir. Vou contar a Vossa Excelência agora uma história. Vossa Excelência está pedindo para mim uma resposta "sim" ou "não". Cruzeiro ou dólar.

Vossa Excelência, brilhante advogado que é, deve conhecer uma história.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência tem que contar a história primeiro, para ver se eu a conheço.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Provavelmente Vossa Excelência conhece, porque até faz parte do anedotário.

A respeito de uma pessoa que se colocou frente a um juiz, famoso, baiano, e o juiz dizia ao réu que estava sendo interrogado: "deve responder sim ou não" e o coitado do réu tentava explicar porque deveria dizer sim ou não ou fazer outras considerações.

Até que, numa determinada hora, na sua sabedoria cabocla, ele que era um homem simples, disse: "Meretíssimo, Vossa Excelência me permite uma pergunta? Para que o Senhor responda também, sim ou não." E o juiz disse: "Permito". — "Meretíssimo, o Senhor já bateu na sua mulher ou continua batendo?"

E Vossa Excelência também tem que responder sim ou não. É óbvio, Deputado Nilso, que quando Vossa Excelência fez sua pergunta se a dívida era em cruzeiro ou dólar, Vossa Excelência sabe que iremos usar o nosso cruzeiro, transformá-lo em dólar e pagar a conta externa ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas e a desvalorização do nosso cruzeiro, não vai afetar os 08 por cento que Vossa Excelência disse que é fixo?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Óbvio que vai. O que vai desvalorizar, nobre Deputado, é o cruzeiro, mas não o dólar.

Vossa Excelência sabe que este é o raciocínio elementar. Mas isso não vai significar que a taxa de 08 por cento, fixa no contrato, será alterada em relação à maxidesvalorização do cruzeiro, que é uma medida interna, que não tem valor no relacionamento. Vossa Excelência sabe disso. Aliás, é um raciocínio elementar.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência está sofismando para conseguir o dólar, temos que usar cruzeiros, para transformar em dólares. Onde vamos conseguir dólares?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas é evidente, nobre Deputado. A não ser que Vossa Excelência tenha uma fórmula mágica de conseguir dólares, sem cruzeiros.

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas quem está querendo conseguir é Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esta Presidência encarece aos nobres Deputados para que não aconteçam discursos paralelos.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) A cada desvalorização, esta taxa de oito por cento sofre conseqüências internas. É menor poder que estamos perdendo a cada desvalorização. É mais riqueza que temos que dar. Esta dívida está aumentando porque temos uma moeda fraca. Se tivéssemos uma moeda forte, concordo que teria sido um empréstimo bom. Mas há previsões aí de que o dólar pode vir a custar dois mil cruzeiros nos próximos meses. Vossa Excelência tem condições de dizer que não? Eu também não tenho condições. Isto será mais café, mais soja, mais ma-deira que teremos que dar.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — E se o dólar baixar um cruzeiro, vai diminuir a nossa dívida externa? E se o dólar baixar a 50 centavos, Deputado, a taxa de juros do contrato não vai continuar a mesma?

O Sr. Nilso Sguarezi — Vai continuar a mesma, mas daí temos o Delfim Neto Presidente da República.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência vai fazer malabarismos...

O Sr. Nilso Sguarezi — Malabarismo está fazendo Vossa Excelência ao dizer que o dólar vai baixar. Isto é malabarismo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência colocou uma presunção de que o dólar irá a dois mil cruzeiros. Se o dólar for a dez mil cruzeiros, a nossa dívida, que é em dólar, não vai mudar.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não vai mudar em dólar mas vai mudar em cruzeiros.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) Nosso Líder, nos agradecemos a Vossa Excelência pela deferência e de nossa parte é quase desnecessário, porque Vossa Excelência já expôs o nosso ponto de vista, dentro deste complexo que é o Brasil, nós apenas queríamos nos posicionar sobre o dinheiro aplicado em 08 anos de Governo de Jayme Canet, um grande Governador que nós defendemos

desta tribuna aí.

E esta defasagem de diferença de aplicação de dinheiro, Vossa Excelência está expondo, como Ney Braga, veio para aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Se o Deputado Nilso Sguarezi não entende que este dinheiro foi aplicado em rodovias, em infraestrutura do Paraná, para o bem de nossa gente, para que o Deputado Nilso Sguarezi compreende que o futuro Governador, que nós vamos fazer uma oposição, não se entusiasme como eles fizeram com Jayme Canet, com Ney Braga, mas uma oposição de vigilância.

Queremos dar a Vossa Excelência, que já disse o que tínhamos que dizer, um voto de confiança à Liderança da Bancada do PDS que sabe, como sabe o Líder do futuro Governo, que este dinheiro foi aplicado em benefício do povo, que esta dívida vem rolando desde o tempo do Governo Jayme Canet, dinheiro trazido em dólar para aplicar em benefício do próprio povo, dinheiro trazido em benefício da infraestrutura, Deputado Luiz Alberto.

Que digam ao Paraná que este dinheiro foi aplicado pelo homem que se dedicava há quatro anos, pelo homem que defendíamos com sangue e suor desta tribuna, e esta dívida foi negada a Ney Braga.

Mas está aí, estão aí os benefícios, estão as rodovias, estão as infraestruturas, para que o povo, daqui um ano, saiba quem está com a verdade. Perdemos as eleições mas não perdemos as esperanças no homem paranista. Não temos culpa de ter um Delfim Neto como Ministro de Planejamento, mas temos a felicidade de ter tido um governo como Ney Braga e como Jayme Canet, onde o dinheiro do povo foi aplicado em benefício do próprio povo.

Esse mesmo Jayme Canet que o Deputado Nilso Sguarezi criticava naquela tribuna, foi um salvador de seu Partido, foi o homem que deu ao seu partido a vitória, que pedimos a Deus que ilumine o futuro Governador José Richa, e para que nós possamos, vigilantemente, trazer ao povo do Paraná, para sabermos se o dinheiro do povo há de ser aplicado em benefício do próprio povo.

Muito obrigado.

O Sr. Gabriel Sampaio — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

Gostaria também de participar dos debates, com dado que eu acho muito importante, porque não podemos ficar apenas no detalhe dos números, mas acho que existe aqui um dado, isto não fui eu quem fez, isso aqui é um relatório feito pelas secretarias financeiras do Governo atual e foi publicado para todo o conhecimento público.

Então, tenho aqui um dado que acho fundamental e que não venha ao detalhe do juro, pagamento em dólar, cruzeiro, oito, cinco, doze ou dezenove por cento. Vem, isto sim, dar uma dimensão especialmente às pessoas como eu . . .

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Esgotado o tempo do Grande Expediente, concedo continuidade da palavra ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira, no horário destinado à Liderança do PDS.

O Sr. Gabriel Sampaio — Por quantos minutos, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — Por 30 minutos.

O Sr. Gabriel Sampaio — Obrigado.

Continuando, Sr. Deputado, eu dizia então o seguinte, que pessoas como eu, que não têm formação específica de economista, que não têm condições de avaliar em detalhes os números, acho que existe aqui um raciocínio claro, para se dar a dimensão do cerne, do principal, do fundamental da discussão de hoje.

Diz o seguinte: a dívida do Tesouro do Estado, tanto externa quanto interna, representa um total de 335.7 milhões

de dólares. Portanto, a dívida total interna, externa, da administração direta do Estado, é no valor de 105.9 bilhões de cruzeiros, o que é pagável num prazo médio, superior a 12 anos, correspondendo, aí vem o dado para nós, leigos, correspondendo à metade da Receita Tributária prevista para 83, que é de 211.5 bilhões de cruzeiros. Em cima desta previsão de orçamento, podemos colocar aí talvez mais um percentual que virá talvez, diminuir a diferença feita através da maxidesvalorização, evidentemente, os números não seriam os mesmos, não seriam mais estes 105.9 bilhões, como também não seriam os 221 bilhões, uma vez que a previsão foi feita muito aquém da média, que poderá ser feita no ano de 1983.

Eu acho que esse dado, a dívida interna e externa do Tesouro do Estado, é praticamente a metade do presente exercício. Acho que esses números, para nós leigos, é muito significativo.

Dizendo para concluir, que isso absolutamente não será motivo antecipado para se justificar um Governo que não é aquele que todos esperamos que faça o Sr. José Richa, pelo Paraná, tendo em vista a maravilhosa vitória eleitoral que obteve em 15 de novembro.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço muito o aparte do nobre Deputado Gabriel Sampaio, que enriquece esta Casa com seu talento, com seu trabalho, e concordo com Vossa Excelência que eu também tenho até algumas dificuldades para lidar com números.

Procurei ler cuidadosamente esta mensagem, nesta noite, para informar-me com técnicos sérios e responsáveis para demonstrar que alguns números apresentados pelo Deputado Nilso Sguarezi, ontem, são números que não correspondem muito com a realidade.

E Sua Excelência cria, através destes números, uma possibilidade de falso pânico no Paraná, o Paraná ingovernável, o Paraná não tem condições de saldar sua dívida, o Paraná é um Estado que nada fez. Onde estão os dólares aplicados?

E eu entendo, como Vossa Excelência político que tem a preocupação com o futuro deste Estado, que este clima não é conveniente nem para o próximo Governador José Richa, que o Paraná é um Estado graças a Deus, sério, não tem frustrado nem um dia os seus compromissos internos ou externos. E tudo isto tem redundado em obras e progresso para a nossa gente.

Concordo que Sua Excelência o Governador José Richa tem uma outra orientação administrativa que pretenda dar um enfoque maior a determinados setores, que respaldado pela vitória eleitoral, possa propor novas alternativas para o desenvolvimento estadual.

Espero, como o Paraná espera, que Sua Excelência assim o faça. Mas não creio que andar bem o futuro Governador José Richa e sua Liderança nesta Casa, se pretender através dos números que não expressam a verdade, criar uma condição de pânico generalizado neste Estado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Luiz Alberto, os números deveriam ser verdadeiros, porque a matemática não falha, e 2 e 2 são quatro, isto é uma verdade incontestável.

Mas veja Vossa Excelência que os números do Brasil, esta verdade dos números do Brasil é muito relativa. De são consciência, quanto é a dívida externa do Brasil, quem pode afirmar? De são consciência, quem é a Oposição que diz que passa dos 100 bilhões, ou é o Sr. Delfim Neto, até criticado aqui por integrantes da Bancada do PDS que diz estar em torno de 75, 80 bilhões.

Veja Vossa Excelência que a Mensagem se refere apenas à dívida externa da administração direta. Os dados enunciados

pelo nobre Deputado Gabriel Sampaio, de 375 ou 365, em torno disso, bilhões de dólares, dizem respeito à administração direta.

Ora, nós sabemos de que a COPEL, porque só no ano passado, nobre Deputado, 65 viagens de engenheiros da COPEL ao exterior foram feitas. A COPEL tem dívida externa? A SANEPAR tem dívida externa? A Mensagem omite isso.

Então, veja Vossa Excelência que a verdade destes números é muito relativa. Vossa Excelência diz que não é verdade o que falamos. Eu também tenho base para dizer que não é verdade o que Vossa Excelência diz e nem o que a Mensagem diz.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu gostaria de dialogar com Vossa Excelência dentro de um amplo democrático.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não vou fugir ao diálogo, em absoluto.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — E gostaria de iniciar, fazendo um apelo a Vossa Excelência.

Vamos nos ater, realmente, ao assunto em pauta. Vamos discutir o Paraná. A Bancada do PDS não pretende aqui, nobre Deputado, tecer loas ao Governo que está se encerrando, nem criticar por antecipação o Governo que se instalará no dia 15 de março.

Ao contrário, sabemos que em todos nós há a consciência do bem comum, do desejo de contribuir para as soluções do nosso Estado.

Mas, não vamos, nobre Deputado, transferir o debate do assunto, quando sentimos que estamos dando uma patinada-zinha para a esfera federal. Vamos discutir o assunto que está-vamos discutindo...

O Sr. Nilso Sguarezi — Antes do Paraná, está o Brasil, nobre Deputado. Antes de paranaenses, somos brasileiros, porque integrantes de sua bancada podem falar em Delfim Neto e eu não posso? Porque, nobre Deputado, antes de paranaenses, somos brasileiros. O que adianta o Paraná estar nadando em dinheiro se o Brasil vai falir?

Vossa Excelência é que está patinando e quer sair desta água turva, desta água e desta corrente que é contra o senhor e quer ir para a água mansa de outras paragens.

Vamos ficar no Brasil, vamos discutir a situação brasileira. Vossa Excelência é que está patinando e não quer discutir o Brasil como um todo, o Paraná como um todo.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência, nobre Deputado, irado como sempre, quando faz as suas colocações veementes, perde a linha do seu raciocínio. Eu fiz a Vossa Excelência um convite e uma proposta. Vamos discutir, se Vossa Excelência trouxe o número correto ontem, a esta Casa, ou não.

Se Vossa Excelência começar ora a falar na situação internacional, depois culpar a demolição da Penitenciária Central ou o FMI, não é possível estabelecer um diálogo produtivo nesta Casa. Eu tenho a impressão de que há uma consciência entre nós, que passou a época do discurso pré-eleitoral, do "slogan". É preciso agora, demonstrar seriedade no trato, nos assuntos atinentes a esta Casa. Vossa Excelência fala "nós somos brasileiros antes de sermos paranaenses", como se anunciasse a descoberta do ovo de Colombo. Vossa Excelência sabe que não disse mais do que o óbvio, ululante, como disse Nelson Rodrigues. O que queremos, na verdade, nobre Deputado, é travar com Vossa Excelência — e esta é uma proposta que faço ao tempo em que a minha bancada me honrar com a delegação de liderá-la; para que tenhamos seriedade no trato dos assuntos. Que não vamos mais fazer análises superficiais; que não vamos procurar desviar o tema do debate para colocações eminentemente partidárias, para que tenhamos até tranquilidade nesta

Casa, que no dizer de Rui Barbosa, é "o convívio do contrário", podemos conversar, dialogar, em favor do Paraná.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Gabriel Sampaio.
O Sr. Gabriel Sampaio — Eu só gostaria, para que a coisa não ficasse apenas no diálogo, mas que pudéssemos colocar também a nossa colher na discussão.

Realmente, nobre Deputado Luiz Alberto de Oliveira, o meu companheiro e amigo fraterno, Deputado Nilso Sguarezi, que hoje lidera a bancada governista, a partir de 15 de março, realmente, se desviou do assunto.

Vou me referir a um desvio dele, sem querer que o assunto descambe para esse lado, quero dizer a Sua Excelência o Sr. Deputado Nilso Sguarezi, que ele não se scandalize com o problema de viagens ao exterior ou coisa que o valha, porque o seu Governo fará igual. Não porque vão passear ao exterior...

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência está sendo injusto.
O Sr. Gabriel Sampaio — mas Vossa Excelência sabe, tão bem quanto eu, que a tecnologia das grandes represas hidrelétricas, das turbinas e de todo o complexo industrial para que se possa gerar energia, é do exterior. E muitas vezes precisa-se acompanhar inclusive, até a construção dessas turbinas feitas no Japão, na Itália, ou no resto da Europa.

Vossa Excelência não venha então jogar — como diz o nosso Líder — números que podem impressionar num discurso pré-eleitoral. Acabou a eleição. Vossa Excelência foi muito bem votado, o seu Partido ganhou o Governo do Estado e a maior bancada nesta Casa e também no Governo Federal, além de Senador. Precisamos realmente, agora, "baixar a bola", como diz o povo na sua linguagem tradicional. Precisamos, agora, falar coisas sérias. O que se discute aqui, Deputado, é simplesmente, como Vossa Excelência colocou ontem, a dívida externa e interna do Paraná, o Tesouro do Estado. Não entramos nas economias mistas e autarquias, porque é outro assunto, uma vez que elas dispõem de geração de divisas, de recursos, de finanças próprias.

Proporia até, Sr. Líder, talvez me adiantando, como sugestão apenas, que convocássemos a esta Casa os Secretários do Planejamento, das Finanças, para que aqui venham responder qualquer pergunta, aí sim, com detalhes específicos de números, que temos curiosidade de esclarecer. Eu também tenho, pessoalmente, curiosidade.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu até sugeriria para que esta Casa se transformasse num amplo foro de debate, para que pudéssemos convocar até o atual Secretário de Finanças e de Planejamento e os futuros Secretários, para que possamos saber realmente, são 80 milhões que têm o problema de orçamento do ano que vem, é 30, é 25?

O Sr. Gabriel Sampaio — Mais um detalhe, nobre Deputado, para encerrar a minha participação: do empréstimo contraído de 291 milhões de dólares ainda 80 milhões estão por vir. Então, seria o caso de se saber do novo Secretário de Finanças, se o Estado não quer mais esse dinheiro. Tenho a impressão que ainda há meios diplomáticos de contatos externos, que podem cancelar.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Por favor, nobre Deputado, será que eles não vão querer os próximos 80 milhões da mesma forma que o Governador José Richa não queria os 100 milhões da Usina Segredo, para a construção dessa usina? Será que será desta forma de "mandrake"?

O Sr. Gabriel Sampaio — Exatamente.

Então, a sugestão de Vossa Excelência é brilhante, convocar os atuais e os futuros Secretários, para que possamos ouvir de técnicos, os dados exatos do problema.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Só me permita, nobre Deputado, fazer uma referência a uma colocação

que Vossa Excelência fez a respeito da situação das autarquias e sociedades de economia mista.

Na legislatura passada, esta Casa não teve a oportunidade de apreciar em plenário, mas acolheu em plenário um projeto, uma emenda à Constituição, de autoria do ilustre Deputado Trajano Bastos, que hoje preside a Assembléia Legislativa do Paraná.

Pretendia Sua Excelência, com aquela emenda constitucional, fazer com que este Poder Legislativo, que é o poder fiscalizador da essência, pudesse aprovar, previamente, os nomes dos diretores de empresas públicas e sociedades de economia mista.

Tenho a certeza de que vou contar com a simpatia do Presidente desta Casa para a emenda constitucional que já redigi, nos termos quase iguais ao de Sua Excelência. E creio que, neste ponto, o eminente Líder Nilso Sguarezi irá concordar conosco, com a nossa Bancada, no sentido de que iremos, aí sim, reformar a Constituição e estabelecer a obrigatoriedade de consulta à Assembléia Legislativa para valorização deste Poder, para que este Poder, aí sim, possa, efetivamente, fiscalizar as contas e até os empréstimos internacionais das empresas públicas do Estado do Paraná.

Acho que nisto Sua Excelência há de concordar comigo e ao longo do discurso, creio que irá concordar também com outras colocações a respeito da queda do ICM, a respeito de 80 milhões de dólares.

Concedo, com muito prazer, aparte ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O Sr. Nilso Sguarezi — Primeiro, devo dizer que nós, lamentavelmente, não temos esta conquista, porque a Bancada de Vossa Excelência sempre foi inflexivelmente radical em não aceitar nada que partisse da Oposição. Vossa Excelência disse muito bem. Foi autoria...

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Naquela ocasião...

O Sr. Nilso Sguarezi — Mas Vossa Excelência permitiu o aparte.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Mas Vossa Excelência não quer dialogar. Mas aceito. Tem o aparte Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Foi autoria do Deputado Trajano Bastos e que a Bancada da ARENA de então, teimosamente, não quis aceitar como em inúmeras proposição nossas que não foram aceitas, pelo simples fato de que partiam da Oposição.

Então vou dizer a Vossa Excelência o seguinte, nobre Deputado: todas as iniciativas que surgirem nesta Casa, venham elas deste ou daquele lado, se forem elas no sentido de aprimorar a nossa legislação e as nossas instituições, tenha Vossa Excelência absoluta certeza que contarão não só com nossa simpatia, mas com o nosso voto favorável. Todas aquelas emendas que venham para democratizar o Poder, para realmente termos um sistema democrático, para cessarmos com a situação de arbítrio de desmando que ainda existe neste País, Vossa Excelência terá a nossa simpatia.

Então, não queira Vossa Excelência dizer que vai contar com a simpatia do Presidente, porque o Presidente está sendo coerente. Vossa Excelência está nada mais nada menos reapresentando uma emenda que já foi nossa, no passado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Confesso que descobri mais uma qualidade do Deputado Nilso Sguarezi.

Sua Excelência, sem conhecer o teor da emenda, diz que estou reapresentando a emenda. Gostaria de afirmar a Vossa Excelência que ainda não leu e portanto não sabe que a emenda, além de aproveitar alguns dados do trabalho do eminente Deputado Trajano Bastos, inova numa série de outras coisas, e por isso acho até um pouco precipitada a sua declaração de

apoio à emenda constitucional.

Mas vamos lá.

O Sr. Nilso Sguarezi — Permita-me, nobre Deputado. Também quero registrar apenas um ângulo novo que acabei de descobrir hoje. É esta mudança repentina de Vossas Excelências, em querer convidar o Secretário de Estado para vir prestar esclarecimentos aqui. Não ocorria antes, nunca ocorreu isto antes, quando Vossas Excelências sempre votaram o contrário, em que nós requeríamos para os Secretários virem aqui. Agora Vossas Excelências tomam a iniciativa.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência, mais uma vez, não está sendo fiel aos fatos.

Eu, por inúmeras vezes, na Comissão de Constituição e Justiça e estão parlamentares de sua Bancada que comigo conviveram naquela Comissão, propus a ouvida de parlamentares.

Quando presidi nesta Casa a Comissão de Agricultura, tive a oportunidade inclusive, e Vossa Excelência deve conhecer dos Anais, de estabelecer uma série de trabalhos a respeito da economia agrícola do Estado, ouvindo Secretários. Fizemos um simpósio nesta Casa, na Comissão de Agricultura, a respeito da desnacionalização do setor agrícola e trouxemos aqui autoridades governamentais.

Citaria a Vossa Excelência, com absoluta tranqüilidade, no mínimo cinco Secretários que, pela minha interferência ou por convite meu, estiveram nesta Casa para dar os esclarecimentos necessários nas ocasiões oportunas.

Mas Sua Excelência citou que estavam para vir 80 milhões para o próximo ano. Foi isso o que Vossa Excelência citou, ontem?

O Sr. Nilso Sguarezi — Não lembro de cabeça agora, nobre Deputado. Vossa Excelência deve ter o dado aí, tem a cópia do meu discurso.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu tenho os dados e a Casa ouviu.

Não estão contratados 80 milhões de dólares para este exercício de 83. Apenas 45 milhões de dólares estão previstos para serem sacados de empréstimo já contratados, sendo 18 milhões do BID; aquela taxa que eu me referi, de 3 a 5 por cento para o programa de rodovias alimentadoras que Sua Excelência e eu, como companheiros de uma mesma região, pretendemos ver também o nosso colega de região, Deputado Deni Schwartz, executando uma bela obra administrativa à frente da Secretaria de Transportes, programa este a cargo do DER; tem 27 milhões, também do BID, para o Programa PRORURAL que Vossa Excelência sabe, pretende atingir o universo de 1.500.000 pessoas, aquelas que têm a renda "per capita" menor deste Estado, nos 101 municípios mais pobres do nosso Paraná.

O Paraná, nos últimos quatro anos, pagou rigorosamente em dia todos os seus compromissos financeiros relacionados com empréstimos internos e externos, e goza de excelente credibilidade junto aos nossos credores. Afirmar que o Paraná está à beira da falência, parece ser precipitação — precipitação.

O Sr. Nilso Sguarezi — Quem afirmou que está à beira da falência?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência não afirmou?

O Sr. Nilso Sguarezi — Não. Onde está o meu discurso onde afirmei isto?

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu não afirmei que Vossa Excelência teria afirmado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Então não tribute a mim, porque não fiz esta afirmação.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Não tributei esta

afirmação a Vossa Excelência.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência diz "afirmar que o Paraná está à beira da falência . . ." e se dirige a mim.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Se a carapuça serviu em Vossa Excelência, o problema é seu...

O Sr. Nilso Sguarezi — Dirigindo-se a mim, os que não estão aqui vão acreditar que eu disse que o Paraná está à beira da falência, no meu discurso.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — O problema é de Vossa Excelência.

Quanto ao comprometimento da dívida externa, o assunto — no meu entendimento — parece ter sido esclarecido.

O Orçamento e a programação financeira deste ano contemplam recursos para o serviço da dívida, e uma administração financeira segura e austera certamente resultará em êxitos, neste campo.

Existem ainda alguns dados, mas, pelo horário, e agradecendo a tolerância dos eminentes Deputados, permitam-me concluir o pronunciamento:

O atual Governo e esta Assembléia estão entregando à futura Administração, um formidável instrumento de captação de recursos, a nível interno, qual seja, a emissão de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Estadual, sendo, o Paraná, um dos últimos três Estados a não possuir esse instrumento. Num cálculo preliminar, é possível captar, além do mercado cativo que nós teremos nas Fundações, nos Bancos Estaduais, nos Bancos de Desenvolvimento em torno de 30 bilhões de cruzeiros, este ano de 1983, para executar o Programa Eleitoral do Sr. José Richa que o Paraná aguarda.

Outro dado que eu considero de suma importância para a análise das finanças estaduais: não temos um cruzeiro sequer da arrecadação do ICM, ICM que corresponde a 67% da nossa arrecadação, o resto é transferência do Governo Federal, 13%, outras receitas, 67% da nossa arrecadação depende do ICM, nem um cruzeiro, nem um cruzeiro está comprometido, todas as dívidas externas que o Governo do Paraná contraiu ao longo dos últimos anos, porque a dívida externa, é 43% de Ney Braga e de José Hosken de Novaes, e, 57%, de Canet Júnior; nem um cruzeiro está comprometido com procuração, como ocorre, infelizmente, com as Prefeituras. Nós estamos vendo, por exemplo, o Prefeito do PMDB, de Londrina, angustiado, pelo fato da sua arrecadação de ICM estar comprometida com procurações. Nossos compromissos são avalizados pelo Governo Federal, e qualquer eventual tragédia econômica impossível de ser registrada, não deixaria o Paraná a descoberto, é evidente. Um outro dado analisado pelo Deputado Nilso Sguarezi foi a respeito do setor industrial do Paraná.

Vamos analisar, por exemplo, um financiamento que foi concedido pelo BADEP, este ano, de 1983, a um grupo sério, nacional, a Siderúrgica Guaíra.

Só a geração de ICM da Siderúrgica Guaíra num ano completo de exercício financeiro, irá corresponder a 50% da geração do ICM, com o feijão, que é um produto importante na nossa economia agrícola; eu creio que, este dado só, daria a exata dimensão da preocupação do atual Governo com a expansão do parque industrial paranaense.

Mais um dado: produção cafeeira para este ano, 5 milhões, contra um milhão, contra um milhão e meio do exercício passado. Estão espalhadas, por todo o Estado, centenas de indústrias de pujança, por exemplo, da Companhia Itambé de Cimentos, igualmente beneficiada pela ação financeira do BADEP. Citou ainda o Líder, em seus arrazoados, a penúria dos seus municípios. Referiu-se a uma colocação que o Professor Jose Hosken de Novaes fez, na sua Mensagem Governamental, e procurou tirar da colocação do Governador do Estado, a

devida conotação política. Mas ainda hoje, às 7 e meia da manhã, no programa "Bom Dia Paraná", ouvi o eminente Prefeito Municipal, ex-Deputado Federal, Nivaldo Krüger, elogiar, como a Carta da Alforria do Municipalismo, a Lei adotada em 1967 pelo Presidente Castelo Branco. Os Deputados devem estar lembrados, o Governador José Hosken de Novaes disse, nesta Casa, que as medidas que levaram alguns municípios a se endividarem muito nestes últimos tempos, vinham de longe; a dedução do Deputado Nilso Sguarezi, que tinha sido do Governo Ney Braga. Mas, equivocou-se...

O Sr. Nilso Sguarezi — O Governador deu os números, de 64 para cá.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Eu fico até com a posição de um líder municipalista, o ex-Deputado Nivaldo Krüger, ex-dirigente de entidades brasileiras municipais. Realmente foi em 67. E por quê? Porque Vossa Excelência deve estar lembrado, estudioso que é da administração pública, qual era a condição dos municípios anteriormente? Era o famoso Artigo 20. O Prefeito vinha com o pires na mão pedir para o Governador: — por favor, libere a minha parte, que é de direito. E muitos Deputados se lembram que em boa hora foi adotada a autonomia dos municípios.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) — Está esgotado o tempo de Vossa Excelência. E concedo um minuto para Vossa Excelência concluir o seu discurso.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Obrigado. Mas, creio portanto que não cabe culpa também ao Governador anterior, com relação a esta situação. Gostaria de falar um pouco no BADEP, por exemplo, a respeito da atuação do PRÓ-MICRO, se nós não tivéssemos BADEP aqui, ou BRDE, e eu vejo, aqui, Deputados que conhecem bem a estrutura do BADEP. O Deputado Hermas Brandão, por exemplo, conhece muito bem, ele sabe, lá, a sua Andirá, que o PRÓ-MICRO tem atuado em mais de 100 municípios, possibilitando a juros subsidiados de 35%. Mais de 1896 pequenas empresas no Paraná, e sem distinção partidária, porque eu conheço, inúmeras, que foram beneficiadas, de pessoas vinculadas ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Tenho até alguns dados. Tenho até disposição, nesta Casa, de analisar em CPIs, todos os dados, referentes à economia do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — O seu tempo está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Agradeço a tolerância dos eminentes Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — No horário destinado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Hermas Brandão, por doze minutos.

O SR. HERMAS BRANDÃO — Excelentíssimo Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados. (Lê):

"Quase seis anos de mandato como prefeito de Andirá, quatro como delegado no Paraná, da Confederação dos Municípios Brasileiros, e os anos de serviços prestados à Associação dos Municípios do Paraná, nos credenciam para trazer a esta Casa uma análise do que podemos qualificar como a maior crise da História do Municipalismo do Paraná.

Hoje, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, temos um quadro contínuo de falência de municípios. Diariamente, lemos nos jornais os depoimentos de Prefeitos que denunciam a crise de seus municípios.

Esta situação demonstra se não a má fé, pelo menos a incúria de ex-prefeitos do PDS, acumpliciados com órgãos estaduais que, teoricamente, deveriam ser responsáveis pela correção das prestações de contas dos dinheiros públicos. E, negociatas do Banco do Estado do Paraná, cujas agências liberaram grandes empréstimos nos últimos dias de mandato de ex-Prefeitos, para cobrir rombos do Caixa das Prefeituras, cujo di-

nheiro foi gasto liberalmente na última campanha.

Denunciamos também, a politicagem e o empreguismo desencadeados pelos ex-prefeitos do PDS, onerando ainda mais as prefeituras do interior com a contratação de funcionários desnecessários, somente para atender aos protegidos políticos.

No final dos mandatos, esses mesmos prefeitos, outorgaram procurações para o desconto direto nas quotas do ICM das prefeituras, de dívidas contraídas em suas administrações que poderiam ter sido pagas durante os seus seis anos mandato, e, o que é pior: existem casos em que a dívida sofre correções segundo as ORTNs, criando uma situação semelhante à das dívidas para com o BNH: por mais que se pague, a dívida continua crescendo em números absolutos. E estas procurações, em alguns casos, consomem toda a quota parte do ICM devido à prefeitura, durante meses seguidos.

Essa situação faz com que os prefeitos atuais não tenham recursos do ICM até a liquidação completa das dívidas contraídas por seus antecessores, ficando meses a fio sem receber um único tostão.

Considerando apenas nossa área de atuação política, levantamos números estarecedores, e propomos uma tomada de posição aos membros desta casa, no sentido de que se estabeleça uma doutrina, um procedimento com cobertura legal para que se possa acabar com esta herança de imoralidade e irresponsabilidade que o municipalismo recebeu da maioria dos ex-prefeitos, de Cornélio Procópio, com um orçamento de 735 milhões, deve 325. Esta dívida, somada à folha de pagamento de 35 milhões de cruzeiros mensais, devida aos 820 funcionários da prefeitura, e, acrescida dos gastos indispensáveis para a manutenção dos serviços públicos essenciais, cria um déficit mensal de 12 milhões de cruzeiros, inviabilizando liminarmente qualquer projeto de investimentos do novo prefeito.

Em Nova Fátima, cujos dados estão em apuração, temos um orçamento de 110 milhões de cruzeiros e uma dívida de 70. Somente em janeiro foram contratados 70 funcionários, apesar do dispositivo legal que impede contratação de pessoal 90 dias antes e 90 dias após as eleições.

Nesse município, as prestações de contas estão atrasadas porque funcionários da EMOPAR, aprovaram cronogramas de investimentos sem que o percentual das obras efetivamente realizadas, correspondesse ao volume de recursos empregados. Também em Nova Fátima, a agência local do Banco do Estado do Paraná, cujo gerente foi candidato à Prefeitura nas últimas eleições; debitou cerca de cinco milhões de cruzeiros à conta da Prefeitura sem possuir autorização formal para a operação.

Em Jataizinho, para um orçamento de 143 milhões de cruzeiros, existe uma dívida de mais de 80, e, o ex-prefeito, outorgou procurações comprometendo todo o ICM até o mês de julho.

Com uma folha de pagamento de 8 milhões por mês e mais uns 500 mil cruzeiros mensais de gastos de combustível, a prefeitura se dava ao luxo de colocar à disposição do Estado 58 funcionários, mesmo sabendo que os salários do funcionalismo estavam atrasados cinco meses, e, tendo dobrado o número de funcionários para atender compromissos políticos do PDS.

Hoje, numa estimativa modesta, pode-se considerar o déficit de Jataizinho como da ordem de 40 milhões de cruzeiros. Quase 30% de seu orçamento.

Bela Vista do Paraíso, com um orçamento de 220 milhões, deve 100, sem contar os compromissos de 84 milhões de cruzeiros correspondentes à folha de pagamento anual, calculados pelos valores atuais dos salários, e, outros 15 milhões, também calculados pelo preço de janeiro, correspondentes ao consumo de combustível estimado para o ano de 83. Somando-se a tudo isso o compromisso de pagamento de salários atrasados desde dezembro do ano passado, temos novamente o quadro de insolvência, pois não sobrarão recursos para

nada mais a não ser pagar salários e combustível.

Santa Mariana, com um orçamento de 380 milhões, deve 170 somente a fornecedores, além da dívida a ser levantada junto ao INAMPS e ao Fundo de Garantia, cujas contribuições nunca foram recolhidas nos últimos seis anos.

Com salários atrasados cinco meses, o Prefeito de Santa Mariana está impossibilitado de diminuir sua folha de pagamento de 16 milhões mensais, fruto do empreguismo e do favorecimento aos protegidos pelo PDS.

Para demitir, primeiro o Prefeito terá que encontrar recursos para pagar salários e regularizar a situação perante a Previdência e o Fundo de Garantia, e, isso parece impossível tendo em vista o fato de que o ex-prefeito outorgou procurações que consomem todo o ICM devido à Prefeitura até julho. Para o cúmulo, o Banco do Estado apareceu com uma dívida de 10 milhões de cruzeiros, contraída pelo ex-prefeito, que também deverá ser descontada do ICM.

Ribeirão Claro, no norte pioneiro, com um orçamento de 161 milhões de cruzeiros, deve 35, mas comprometeu seu ICM, através de procurações, até o mês de junho, tornando impossível para o atual prefeito cobrir a folha de pagamento de sete milhões e oitocentos mil cruzeiros e mais as despesas de operação de máquinas e veículos que somam outros dois milhões mensais.

Também em Ribeirão Claro, o Banco do Estado do Paraná, em janeiro, no apagar das luzes da administração emprestou cinco milhões de cruzeiros ao ex-prefeito, para serem pagos pelo ICM de fevereiro.

O ex-prefeito, até agora, não apresentou sua prestação de contas, e a administração municipal está em dificuldades para cumprir a legislação pertinente à prestação de contas, por absoluta falta de documentos e comprovantes.

Chamo a atenção dos nobres Deputados para o fato de que existe uma sistemática por trás desta bandalheira geral: procurações autorizando o desconto direto de parcelas de dívidas na conta do ICM, em volume tal que durante muitos meses o ICM servirá apenas para pagar contas das administrações anteriores, nada sobrando para a prefeitura.

- Nomeação ou contratação ilegal de funcionários;

- Empréstimos levantados nas agências do Banco do Estado do Paraná nos últimos dias das administrações anteriores, configurando favoritismo e protecionismo;

- Manipulação de verbas, com prestações de contas atrasadas, incompletas e até baseadas em laudos de avaliação de cronogramas de obras, inteiramente falsos.

O dinheiro que hoje está faltando para o pagamento de salários, foi gasto na campanha política do PDS.

Está provado que toda a máquina administrativa, antes e depois das eleições esteve a serviço da politicagem gerando operações irregulares no Banco do Estado do Paraná, prestações de contas fraudadas e empreguismo desenfreado que praticamente duplicou o número de funcionários das prefeituras antes dominadas pelo PDS.

Este é o saldo que o Paraná recebe do ex-Partido da Situação: o maior calote da história administrativa do Estado. Um calote amplo, geral e irrestrito, que secou as finanças tanto do Estado quanto dos municípios.

Agora, estamos tentando arrumar a casa emporcalhada pela maior orgia de gastos políticos que se tem notícia, quando o PDS usou e abusou dos dinheiros públicos para beneficiar seus próprios esquemas políticos e aos protegidos do momento, mesmo sabendo que o dinheiro gasto em promoção pessoal, em propinas e em subornos iria faltar para o pagamento de humildes funcionários públicos municipais. O dinheiro que o PDS gastou em jantares e recepções para os medalhões da sua política estadual, é justamente o que está faltando para o gari, o motorista e a professora, levarem comida para casa, pagarem suas contas e escaparem do despejo pelo BNH.

Os números aí estão: as prefeituras estão exauridas, não têm recursos sequer para manter os serviços públicos essenciais quanto mais para realizar os investimentos necessários para o bem-estar das suas comunidades.

Para a falência que ronda essas prefeituras, só existe uma solução a curto prazo: a denúncia pura e simples das procurações do ICM, fundamentada no caráter privilegiado dos salários em qualquer composição de dívida.

É preciso dar instrumentos legais e formais para que os prefeitos do interior possam renegociar suas dívidas, assegurando ao menos, o mínimo indispensável mensal para o pagamento de salários e para manter em operação as frotas de veículos e máquinas, antes que a limpeza pública, a conservação de estradas e o sistema de ensino municipal, entrem em colapso por falta de recursos operacionais."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, no Horário da Liderança do PMDB, o Sr. Deputado Ferrari Júnior, por dez minutos.

Antes porém, esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, em plenário, de Sua Excelência o Sr. Prefeito Municipal de Sarandi, Sr. Júlio Pifon.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvimos, há pouco, um debate realmente importante, um debate sábio, entre os eminentes Líderes das Bancadas do PMDB e do PDS.

E ouvimos, realmente, com bastante atenção. Porque, realmente, acima de tudo, um debate como este, com a participação de outros Deputados antigos desta Casa, Gabriel Sampaio, esses debates servem também para nos ensinar, nós que estamos começando agora, as nossas lides, nesta Casa de Leis.

Fiquei assustado quando discutiam a dívida do Governo do Estado do Paraná, em torno de 365 milhões de dólares, apenas da administração direta! Falou-se também, no que o Estado vai arrecadar em seu exercício financeiro. Mas, não se falou, evidentemente, nas obrigações que tem o Governo do Estado do Paraná junto a fornecedores, junto a empreiteiros, junto a funcionários, enfim as suas obrigações que, praticamente, consomem quase que todo o orçamento, segundo estamos informados.

Trezentos e sessenta e cinco milhões de dólares da administração direta! E durante aquele debate, o meu pensamento foi até a alguns municípios que represento, nesta Casa. Lembrei-me de Itambé. Itambé, onde o atual Prefeito do PMDB, teve de recorrer a um empréstimo de dez milhões de cruzeiros, junto ao Banco do Estado do Paraná, prendendo, inclusive, o seu futuro ICM, para pagamento de meses de salários atrasados dos funcionários da pequena Prefeitura, da pequena cidade de Itambé; lembrei-me de Doutor Camargo: o Prefeito de Doutor Camargo, inclusive, está hoje em Curitiba, a solicitar uma série de coisas para o seu município, e eu o vejo praticamente deslocado, praticamente perdido, sem saber a quem recorrer, não obstante estejamos vivendo uma transição de Governo, e, vejo esse Prefeito realmente preocupado com as dívidas enormes do seu município; o Prefeito de Ourizona, que é do PDS, também está na Capital e se mostra praticamente perdido, em função da situação do seu Município; vejo o caso de Marialva, vejo o caso de Florai e tantos outros municípios por este Paraná afora, e fico a imaginar se, o Governo do Estado do Paraná, o futuro Governo, vai ter a responsabilidade de saldar uma dívida realmente altíssima — e esta dívida há de ser saldada — quando vejo o desespero, até de um Governo prestes a assumir, pensando nessas dívidas, fico a imaginar: que tipo de ajuda que o Estado do Paraná, que o nosso Estado poderá dar a esses Prefeitos, a essas Prefeituras que vivem, que estão praticamente falidas? E este é o termo exato — praticamente falidas.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimentos).

Deputado Ferrari Júnior, nós vemos Vossa Excelência, com o afoitismo da juventude, vindo aqui a esta Assembléia, inaugurando um estágio do qual nós, com os cabelos encanecidos, já estamos saindo. Então, eu queria que Vossa Excelência prestasse atenção, dirimisse os fatos e visse que, essas dívidas que estão rolando, são dívidas do grande Governador Jaime Canet Júnior, e do grande Governador Ney Braga, visse Vossa Excelência que, essas dívidas, foram implantadas em benefício do Paraná. Agora, queríamos que Vossa Excelência, no seu afoitismo, na sua vontade de servir o Paraná e sua gente, olhasse com carinho, sem desdouro, olhasse o povo e a verdade, porque, desta tribuna, Vossa Excelência concedeu-me aparte para que eu dissesse a verdade e sei que Vossa Excelência não foge dela — a dívida do Paraná é uma dívida, Deputado, de Jaime Canet e de Ney Braga, que, felizmente, foi aplicada em benefício do povo. Vossa Excelência vê as estradas vicinais, vê o dinheiro do povo aplicado em benefício do próprio povo, é uma dívida como o Sr. Governador haverá de fazer outras, para beneficiar o seu povo.

Muito obrigado.

O SR. FERRARI JÚNIOR — Disse Vossa Excelência, que nós estamos começando, e Vossa Excelência, saindo. Eu não posso concordar. Um Deputado como Vossa Excelência, nobre Deputado Gabriel Manoel, não sai nunca, mesmo ao findar o mandato, não sai nunca, fica marcado permanentemente na vida desta Casa! Tenho acompanhado o seu trabalho ao longo dos anos, e sei que Vossa Excelência não sairá nunca. Poderá sair, fisicamente, mas jamais, espiritualmente.

É evidente, nobre Deputado, que as dívidas foram feitas e evidentemente esse dinheiro foi aplicado em obras; ninguém discute esse pormenor, mas, como dizia o próprio Governador Hosken de Novaes — em outras palavras evidentemente — alguém cometeu alguma besteira, porque fez mais dívidas do que poderia ter feito; pelo menos deu a entender isto, o eminente Governador Hosken de Novaes. E agora, com esta dívida de 365 milhões de dólares que deverão ser pagos, a minha preocupação, nobre Deputado, não é quanto e quem vai pagar, como vai pagar, quando vai pagar, a minha preocupação maior está nos municípios do Paraná, muitos deles tendo que dispensar funcionários que foram contratados indevidamente e não podem fazê-lo, mesmo porque nem dinheiro para o pagamento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, esses prefeitos têm.

Falava-se também, no debate dos eminentes Líderes, que, deveríamos nos ater ao Paraná. Dizia o meu Líder, que, acima de tudo somos Brasil, somos brasileiros, no que eu concordo integralmente. Se nós não debatermos esses assuntos nesta Casa, se nós não conseguirmos levar ao conhecimento do Governo Federal ou forçá-lo a uma alteração no bolo, na receita que se tem do Município, Estado e União, vamos partir para uma situação insustentável e sabem os Senhores Deputados que representam inúmeros municípios, e que os mesmos estão realmente à beira da falência, muitos deles e outros já estão totalmente falidos. Espero que em outras oportunidades desta tribuna outros Deputados também se pronunciem a esse respeito, porque há um desespero, os Senhores sabem disso, dos Prefeitos municipais, dos Vereadores dos mais diferentes municípios e das comunidades de um modo geral para que esta Casa realmente procure encontrar uma solução de uma maneira ou de outra, junto ao Governo do Estado, junto ao Governo Federal, para que a situação desses municípios possa ser melhorada e minorada, para que os Prefeitos possam realmente administrar os seus municípios.

Agradeço ao eminente Líder da minha Bancada por ter cedido este seu tempo. Eu não poderia passar pela Sessão de hoje, sem registrar a situação caótica, horrível porque passam muitos dos municípios do Estado do Paraná. Talvez alguns es-

tejam em situação boa, talvez, mas a grande maioria passa por situação difícil e quando se debate dívida altíssima, dívida violenta que o Estado tem que pagar, eu fico preocupado e assustado. O que acontecerá, o que será feito com esses municípios do Estado do Paraná?

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Com a palavra, ainda no horário destinado à Liderança do PMDB, o ilustre Deputado Nilso Sguarezí, por dez minutos.

O SR. NILSO SGUAREZÍ — Primeiramente, Senhor Presidente, uma explicação à Casa pelo incidente havido com o Deputado Osvaldo de Alencar Furtado. A Liderança realmente se penitencia pela falta da inclusão do nome do Deputado Osvaldo de Alencar Furtado na Comissão desta Casa, que vai a Paranavaí representar a Assembléia na Exposição-Feira que está se realizando naquela cidade.

Tão logo nos demos conta da nossa falta, fomos ao Deputado Alencar Furtado, propondo a ele, conversarmos com o Deputado Hermas Brandão para que o seu nome fosse incluído. Todavia Sua Excelência achou que anteriormente havia alguma coisa sido planificada contra ele e não concordou.

Devo dizer, Sr. Presidente e esclarecer ao Deputado Osvaldo de Alencar Furtado, que nunca passou em minha mente fazer qualquer coisa contra Sua Excelência, a quem reconheço legítimo representante da região Noroeste onde também no conjunto dos municípios teve a expressiva votação de 7.500 votos, mas no conjunto dos municípios do Noroeste eu, pessoalmente, fui um dos mais votados daquele conjunto de municípios.

Então, a inclusão de nomes de outros Deputados, que não do Deputado Osvaldo Alencar Furtado na verdade se deveu a eu ter atendido a uma indicação do proponente da Comissão. Mas eu me penitencio e tem razão Sua Excelência quando protestou veementemente. Espero daqui para a frente não cometer mais injustiças como essas, porque, acima de tudo, reconheço em Vossa Excelência o verdadeiro e legítimo, um dos legítimos representantes juntamente com o companheiro Eduardo Baggio.

O Sr. Osvaldo de Alencar Furtado — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Aceito satisfeito a colocação dessa Liderança, mas gostaria, para que se restabeleça a verdade dos fatos, de saber realmente qual a verdade, porque disse-me o Deputado Eduardo Baggio, autor da proposta, de que não fez nenhuma indicação para constituição desta Comissão. Vossa Excelência vai à tribuna e também diz que fez a indicação doproponentedo Deputado e fez a proposta de formalização desta Comissão. Então, gostaria de, como sou um amante fiel da verdade, que a verdade fosse esclarecida.

O SR. NILSO SGUAREZÍ — Nobre Deputado, acho que o momento não é oportuno, mas eu assumo então, a responsabilidade da indicação pessoal ter sido minha. Assumo a responsabilidade. Sei previamente de que estou agindo com lisura e o meu comportamento não poderia ser outro e jogar a culpa para terceiros. A verdade dos fatos se esclarecerá. Assumo eu então, como tenha feito a indicação.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Várias vezes assumi esta tribuna para protestar contra uma injustiça que ocorria com a Polícia Militar do Estado do Paraná e com todas as corporações policiais do Brasil. Temos assistido aqui quão veemente será a cobrança do PDS pelas mudanças que se esperam e que devam ocorrer nesta Pátria, para que nós tenhamos uma redemocratização e para que efetivamente o povo conquiste os seus direitos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não posso deixar desaper-

cebido este acontecimento memorável, para a Federação Brasileira; este fato histórico no comando de todas as Polícias Militares do Brasil requereram a autonomia dos seus comandos, porque agora em diante, oficiais das próprias Polícias Militares, que infelizmente, pelo autoritarismo que se instalou em 64, estavam sendo impedidos de exercerem o legítimo comando de suas Polícias Militares.

Comandante do Exército, General Walter Pires, talvez para não submeter os briosos oficiais superiores do nosso Exército Nacional, que cumprindo uma missão de caserna, comandavam as Polícias Militares, houve por bem no seu entendimento, fixar a data de anteontem, para que fosse feita a transmissão dos comandos das Polícias Militares, dos coronéis e generais do Exército que comandavam, para os oficiais das corporações estaduais.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Oposição tem muitos méritos nesta conquista, porque ao lado dos oficiais das Polícias Militares, nunca nos conformamos com este atrofiamiento da Federação que existiu e que o autoritarismo, intervindo na autonomia dos Estados, cassando o legítimo direito dos Governadores dos Estados, de indicarem os comandantes das suas Polícias Militares, fez com que no curso dos acontecimentos, apenas a altiva Minas Gerais e o combativo Rio Grande do Sul, permanecessem com oficiais da Polícia Militar.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Queria pela vez primeira, não discordar, mas concordar com Vossa Excelência. Porque já um velho adágio popular dizia: — “Dai a César o que é de César”. E dai aos Governadores, a sua legítima defesa de nomear os seus comandantes das Polícias Militares. Vossa Excelência pela vez primeira nesta Casa, hoje, eu concordo com Vossa Excelência.

Meus parabéns, lute pelo que é certo. Muito obrigado, nobre Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço a Vossa Excelência que embora Vossa Excelência seja injusto em dizer que, pela vez primeira,...

O Sr. Gabriel Manoel — No meu ponto de vista, Deputado, é uma questão de ponto de vista.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sempre tem a primeira vez, muito obrigado, nobre Deputado.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, realmente é um fato importante, porque isto prova a grande vantagem que o Brasil teve com a vitória da Oposição. Não tenham dúvida os Senhores, que se tivesse o PDS ganho em todos os Estados, nós não estaríamos hoje aqui registrando este acontecimento. Porque inúmeras e múltiplas vezes viemos aqui, verdade se diga, com alguns representantes também do outro lado, clamando para que o comando das Polícias fossem entregues aos seus oficiais, que são homens adequadamente preparados para chegar ao comando, mas a nossa voz clamava no deserto. E não fora a vitória da Oposição, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós não estaríamos registrando este grande avanço e esta grande mudança, operada mesmo antes de o Governador tomar posse. Registramos o fato, porque nós da Oposição, sem falsa modéstia, temos muitos méritos nesta conquista. Como haveremos de ter nas outras, depois que tomarmos posse.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ouçõ o inflamado discurso de Vossa Excelência a respeito da Polícia Militar. E registro também a minha satisfação pessoal e a satisfação da Bancada do PDS com relação à possibilidade de que um oficial, coronel da Polícia Militar, poder assumir o comando dessa Corporação. Vossa Excelência não esquece que a Bancada do PDS pronunciou-se favoravelmente à indicação de um coronel da Polícia Militar, há um ano e meio à semelhança da sua bancada.

O SR. NILSO SGUAREZI Fiz justiça a este fato.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Então, perdoe-me que eu não havia entendido desta forma.

Mas, concordo com Vossa Excelência porque é um fato auspicioso para aquela Corporação. E gostaria de consultar Vossa Excelência, que é Líder do próximo Governo, o Governador José Richa já teve oportunidade de escolher o seu comandante da Polícia Militar, ou Sua Excelência ainda estuda e ainda consulta as forças políticas partidárias e as forças da própria corporação, da própria área de Segurança a respeito do próximo comandante.

O SR. NILSO SGUAREZI — Absolutamente, eu só posso dizer a Vossa Excelência que seguramente será um oficial da nossa Polícia Militar. Aliás, isto faz parte de compromissos e das diretrizes do PMDB. Não sei o nome, mas será um dos oficiais superiores da Polícia Militar.

O Sr. Luiz Alberto de Oliveira — Então, o Governador ainda não escolheu o nome. Então, as notícias vinculadas nos jornais não são...

O SR. NILSO SGUAREZI — Pelo menos ainda não comunicou oficialmente esta escolha.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — O tempo de Vossa Excelência está esgotado, Sr. Deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Solicito à Vossa Excelência que conceda-me um minuto apenas para concluir, para que eu possa conceder um aparte ao Deputado Anibelli.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — A Mesa lhe concede um minuto para concluir.

O SR. NILSO SGUAREZI — Antes que o Deputado Anibelli dê o aparte vou concluir a minha participação.

Estou apresentando um voto de regozijo da Assembléia, pela reconquista dos comandos das Polícias Militares.

O Sr. Antônio Anibelli — Apenas para cumprimentá-lo, Deputado Nilso Sguarezi, e fazer justiça a um grande companheiro nosso o grande Deputado Heitor de Alencar Furtado, hoje falecido, que apresentou um projeto nesse sentido, o qual não foi aprovado pela Câmara dos Deputados que tinha a maioria do PDS.

Quero neste instante lembrar e homenagear, hoje, aquele companheiro morto pelo arbítrio, mas que já tinha a preocupação e que era a preocupação do nosso Partido.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SGUAREZI — Perfeitamente. Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Proposição de Emenda à Constituição, de autoria dos Srs. Deputados Gabriel Sampaio e Mário Pereira, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — **Recebida.** — Publique-se em avulso e no Diário da Assembléia, para conhecimento dos Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 125/82 — VETO PARCIAL aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado (Mensagem n.º 131/82), ao Projeto de Lei n.º 128/82, que altera o Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme específica. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário, por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi e Jorge Maia, respectivamente Líder do PMDB, e Vice-Líder do PDS, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 4 (quatro) sessões, da Proposição n.º 125/82, a fim de que seja encaminhada para re-exame na Comissão de Constituição e Justiça. — **Aprovado.**

Em consequência da aprovação do requerimento, este projeto retornará à C.C.J.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Francisco de Andrade. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência a diversos projetos de lei, todos de declaração de utilidade pública. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de regozijo, por ter sido reconquistado o Comando da Polícia Militar do Paraná, aos briosos oficiais da nossa corporação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Jornal "Diário do Paraná", pelo seu 20.º ano de fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Editora "Diário Popular" Ltda., fundada pelo eminente jornalista e advogado, Abdo Aref Kudri, pelo transcurso nesta data, do 20.º aniversário de sua fundação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Almeida Hruschka, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Tribunal de Justiça do Estado, visando a instalação do Distrito Judiciário de Bourbonia, Município de Barbosa

Ferraz. — Em votação.

O SR. ANÍBAL KHURY — (Pela ordem). Se não me falha a memória, a Senhora Deputada requereu a instalação do Distrito Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — (Lê) Sim, Sr. Deputado.

O SR. ANÍBAL KHURY — Não seria um requerimento endereçado ao Poder Judiciário?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Exatamente. Vou ler o teor do requerimento.

O SR. ANÍBAL KHURY — Dispensou a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 20.º aniversário do "Diário Popular". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia de Almeida Hruschka, constante do expediente, solicitando a instalação de Inspeção de Ensino no Município de Barbosa Ferraz. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 20.º aniversário de fundação do jornal "Diário Popular". — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 04, sexta-feira, às 10:00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.